



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL
GABINETE DO COMANDANTE DO PESSOAL
REPARTIÇÃO DE AUDITORIA DE ABONOS E DESCONTOS

Suplemento de Serviço Aerotransportado

Relatório de Auditoria

Auditoria n.º 1/2018
30 de julho de 2018



DESPACHO DO EXMO. TGEN AGE

1. Homologar o presente relatório.
2. Acompanhar em conformidade com as recomendações as que digam respeito à Direção na minha direta Dependência.
3. ^{Finalizar} O CFT e solicitar a implementação das recomendações referidas em 2.c.i), j) e l).

31 jul 18



ÍNDICE

1.	FICHA TÉCNICA DA AUDITORIA	4
2.	SUMÁRIO DA AUDITORIA	5
a.	Fundamento e Objetivos.....	5
b.	Principais resultados e conclusões.....	5
c.	Recomendações	6
d.	Condicionalismos.....	8
3.	ENQUADRAMENTO DA AUDITORIA.....	8
a.	Caraterização geral	8
b.	Caraterização das entidades visitadas.....	12
c.	Caraterização do processo auditado.....	13
d.	Caraterização da amostra.....	18
4.	RESULTADOS DA AUDITORIA.....	19
a.	Observações	19
b.	Propostas das entidades visitadas.....	30
5.	EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO	30
6.	CONCLUSÕES	30
	LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	33
	ANEXOS	36

**1. FICHA TÉCNICA DA AUDITORIA**

FICHA TÉCNICA	
Referência	AUDIT/01/2018
Período da auditoria	FEV2018 – JUL2018
Processo auditado	Processamento do Suplemento de Serviço Aerotransportado (SSAT)
Entidades visitadas	Quartel-General da Brigada de Reação Rápida (QG/BrigRR) Repartição de Pessoal Fora de Efetividade do Serviço da Direção de Administração de Recursos Humanos (RPFES/DARH) Repartição de Abonos da Direção de Serviços de Pessoal (RA/DSP)
Tipo de Auditoria	Auditoria combinada (auditoria de conformidade e auditoria de resultados)
Âmbito e objetivo geral	Apurar a conformidade legal e apreciar a economia, eficiência e eficácia do processamento do SSAT e da Parcela Proporcional do SSAT (PPSSAT) que acresce à Remuneração de Reserva
Objetivos específicos	1. Apreciar a conformidade legal e a adequação das normas de processamento do SSAT e do PPSSAT; 2. Apurar a conformidade legal na determinação do valor do SSAT a receber na situação de ativo e do valor de PPSSAT a receber na situação de reserva; 3. Apurar a conformidade legal da remuneração auferida pelos militares que se encontram na situação de reserva na efetividade de serviço; 4. Apurar a eficácia e eficiência do processamento do SSAT e do PPSSAT; 5. Verificar a regularidade financeira do processamento do SSAT e do PPSSAT.
Período abrangido	1.º Semestre de 2018
Metodologia	Método Direto, predominando os procedimentos substantivos dirigidos diretamente às operações do processamento dos abonos e descontos
Equipa de auditoria	TCor 01497191 António Manuel de Jesus Coelho dos Santos Maj 18089896 António Marco Sá Machado TSUP 08377798 Jorge Manuel Parreira Saraiva



2. SUMÁRIO DA AUDITORIA

a. Fundamento e Objetivos

- (1) A auditoria ao “Processamento do Suplemento de Serviço Aerotransportado”, insere-se no Plano de Auditorias de Abonos e Descontos de 2018 (PAAD 2018) aprovado por Despacho de 02Fev2018 de S. Ex.^a o GEN CEME¹, tendo como objetivo apurar a conformidade legal e apreciar a economia, eficiência e eficácia do processamento do SSAT.
- (2) A presente auditoria abrange os procedimentos executados no âmbito da autoridade técnica e funcional do Exmo. TGEN AGE.

b. Principais resultados e conclusões

Considerando os trabalhos de auditoria realizados e tendo como referência o objetivo geral definido retiram-se os seguintes resultados e conclusões:

- (1) Conformidade legal e adequação das normas de processamento do SSAT e do PPSSAT;
 - (a) As normas de processamento do SSAT têm mais de 20 anos, refletindo uma realidade orgânica que não tem correspondência com a atual estrutura do Exército.
 - (b) Os normativos internos não concretizam aspectos fundamentais relacionados com a parentalidade e acidentes em serviço, justificando-se igualmente a sua atualização.
- (2) Conformidade legal na determinação dos valores do SSAT e PPSSAT;
 - (a) Os valores do SSAT permanecem fixados por imposição legal desde 2008, não existindo norma habilitadora que permita a sua atualização.
 - (b) Esta situação tem gerado diversas reclamações por parte de militares que, defendendo uma interpretação atualista da legislação em vigor, consideram que o SSAT deve passar a ser fixado em função da 1.^a posição remuneratória de capitão da Tabela Remuneratória Única² (TRU).
 - (c) Relativamente ao cálculo da PPSSAT, identificou-se o pagamento de valores incorretos, motivado por erros de processamento na introdução de dados, que, entretanto, foram já corrigidos pela DSP.

¹ Despacho exarado na Informação n.º GABAGE.RAAD-2018-002925 de 29Jan.

² Portaria 1553-C/2008 de 31 de dezembro



- (d) A DSP efetua o cálculo da PPSSAT em função do último posto na situação de ativo, independentemente deste corresponder ao último posto em que o SSAT foi percebido, posição que não encontra suporte legal.
- (e) Verifica-se igualmente que aos militares que tenham visto declarada a inaptidão total para o salto em paraquedas nos termos do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho, se considera o TS aerotransportado máximo (432 meses) para efeitos de cálculo da PPSSAT, independentemente do n.º de meses em que o militar efetivamente cumpriu as condições previstas na lei.
- (3) Conformidade legal da remuneração auferida na reserva na efetividade de serviço;
- (a) Constata-se que os militares apenas auferem o valor da PPSSAT quando se encontram na situação de reserva fora da efetividade de serviço.
- (b) Na situação de reserva na efetividade de serviço, os militares apenas têm direito ao recebimento do SSAT quando se verifica o cumprimento dos mesmos requisitos exigidos aos militares na situação de ativo, não se vislumbrando incoerências nas posições adotadas pela DSP no respeito à interpretação legal dos normativos em causa.
- (4) Eficácia e eficiência do processamento do SSAT e do PPSSAT;
- (a) Constata-se que o abono do SSAT é processado de forma eficiente, existindo, todavia, aspetos passíveis de serem melhorados, designadamente no que concerne à gestão do pessoal e ao tratamento de dados.
- (b) Constata-se igualmente que o abono da PPSSAT aos militares que se encontram na situação de reserva é processado de forma eficiente, carecendo apenas de aperfeiçoamento a comunicação de dados à DSP.
- (5) Regularidade financeira do processamento do SSAT e do PPSSAT.
- Os valores de SSAT e PPSSAT são sujeitos a inscrição orçamental e cabimento prévio, sendo a despesa corretamente classificada e autorizada por entidade competente.

c. Recomendações

Tendo em consideração as conclusões dos trabalhos de auditoria e tendo como referência o objetivo geral definido, apresentam-se as seguintes recomendações:

- (a) Ao GabAGE para solicitar ao EME a atualização dos despachos n.º 197/96, de 24 de outubro, de S. Ex.^a o GEN CEME e n.º 22/VCEME/97, de 14 de novembro, tendo em



vista a clarificação do universo de militares abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho.

- (b) À DSP que reveja ou preveja uma alteração ou exceção aos procedimentos expressos na mensagem n.º 14429 da SAD/RJD/DSP, de 05 de junho de 2018, que permita ir ao encontro das especificidades da BrigRR.
- (c) Face à sensibilidade da questão evidenciada e às implicações ao nível da gestão dos recursos disponíveis, recomenda-se ao GabAGE que suscite ao EME a necessidade de definição de procedimentos relativos ao abono do SSAT das militares grávidas, puérperas e lactantes.
- (d) Ao GabAGE que apresente superiormente um memorando sobre a não atualização dos valores relativos ao SSAT, por forma a sensibilizar a tutela para a necessidade de reverter esta medida com impacto no bem-estar do pessoal.
- (e) À DSP que prossiga a correção dos abonos indevidos e que implemente mecanismos de controlo interno tendo em vista a redução do risco de erros de processamento do PPSSAT.
- (f) À DSP que promova a clarificação do posto relevante para efeitos de cálculo da PPSSAT.
- (g) À DSP e à DARH que promovam a atualização da Circular-Comum n.º 1/2013, nomeadamente quanto à comunicação do posto relevante para efeito de cálculo da PPSSAT pela DARH à DSP.
- (h) À DARH que submeta superiormente uma proposta com vista à clarificação do TS aerotransportado a considerar nos casos de inaptidão total previstos no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho.
- (i) À BrigRR que inclua mecanismos que impeçam a edição dos dados enviados para a RA/DSP.
- (j) À BrigRR que garanta internamente a permanência do pessoal do controlo e registo de saltos.



- (k) No que tange aos dados pessoais tratados é fundamental que a BrigRR assuma o compromisso de atuação segundo o novo Regulamento Geral de proteção de dados³, num contexto de cooperação, controlo e segurança da atividade de tratamento dos dados pessoais, assente no princípio da confidencialidade.
- (l) À DARH para apresentação inequívoca dos dados relativos ao TS aerotransportado relevante para efeitos do cálculo da PPSSAT.

d. Condicionalismos

A auditoria decorreu sem condicionalismos.

3. ENQUADRAMENTO DA AUDITORIA

a. Caraterização geral

- (1) O Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)⁴ estabelece que o militar, além do direito a auferir remuneração e suplemento da condição militar, pode beneficiar de outros suplementos remuneratórios e abonos, nos termos definidos em diplomas próprios.
- (2) De igual forma, também o regime remuneratório dos militares⁵ prevê que os militares das Forças Armadas beneficiem dos suplementos remuneratórios previstos no Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro e de suplementos remuneratórios específicos, conferidos em função das particulares condições de exigência relacionadas com o concreto desempenho e exercício de cargos e funções que impliquem, designadamente, risco e desgaste significativo⁶, cujos regimes constam de legislação específica.
- (3) Conforme vem descrito no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 253-A/79 de 27 de julho “a gratificação de serviço aéreo ao pessoal considerado paraquedista nos termos da lei, bem como ao constante da alínea b) deste artigo” (pessoal em preparação em paraquedismo), “passa a designar-se por gratificação de serviço paraquedista e é fixada nos quantitativos mensais correspondentes às seguintes percentagens do vencimento base de capitão, arredondados para a centena de escudos imediatamente superior”.

³ Todas as BD devem obedecer a uma política de controlo de acessos superiormente definida, nos casos em que a mesma não seja centralizada, deve ser certificada por entidade externa ao operador, de forma a garantir que cumpre os requisitos de confidencialidade, segurança, privacidade e respeita o princípio da “visualização do estritamente necessário”.

⁴ Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 90/2015 de 29 de maio.

⁵ Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 296/2009 de 14 de outubro.

⁶ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 253-A/79 de 27 de julho. O artigo 3.º do mesmo diploma enumera algumas atividades que envolvem risco e desgaste significativos, como é o caso das gratificações de serviço aéreo, de serviço de imersão, de serviço paraquedistas, de serviço de mergulhador e do prémio por inativação de engenhos explosivos.



QUADRO 01 – PERCENTAGENS

		%
Pessoal especializado em paraquedismo	COG	21%
	Cor	24%
	TCor, Maj, Cap	26%
	OF Sub, Sar	16%
	Pessoal equiparado a militar	16%
	Praças	9%
Pessoal em preparação em paraquedismo	QP ou destinado ao QP	13%
	Graduado RV/RC	7%
	Praças RV/RC	5%
	Pessoal equiparado a militar	5%

- (4) Por sua vez, o n.º 1 do artigo 10.º dispõe que *“para efeitos de cálculo de pensões de reserva e de reforma, a gratificação de serviço paraquedista a considerar é a do último posto em que este serviço foi desempenhado, até ao limite máximo da atribuída a Oficial General”*.
- (5) Entretanto, na sequência da extinção do Corpo de Tropas Paraquedistas na Força Aérea⁷, da inserção dos paraquedistas no Exército⁸ e da criação do Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT)⁹ e da Brigada Aerotransportada Independente (BAI), o Decreto-Lei n.º 180/94 de 29 de junho, adaptou a compensação financeira pelas condições de periculosidade e desgaste inerentes ao salto de paraquedas, estabelecendo o SSAT.
- (6) Como se reconhece no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 180/94 o pessoal com a qualificação de paraquedista está *“sujeito a um especial risco e desgaste, o qual ultrapassa em muito aquele que, em circunstâncias normais, cumpre a cada militar; risco acrescido e desgaste precoce que estão também relacionados com a prontidão e o treino exigido com vista à ação real”*. Nesse sentido, o mesmo preâmbulo alude que *“estas condições de periculosidade e desgaste inerente ao salto de paraquedas são compensadas”* pela atribuição de um SSAT.
- (7) Por outro lado, o n.º 1 do artigo 2.º do mesmo Decreto-Lei, com as necessárias adaptações, refere que os militares com a qualificação de paraquedista, quando no

⁷ Decreto-Lei n.º 27/94 de 5 de fevereiro.

⁸ Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 51/93, de 26 de fevereiro.

⁹ Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 50/93, de 26 de fevereiro.



- desempenho de funções no comando, unidades ou órgão da BrigRR ou em formação para obtenção daquela qualificação, têm direito ao SSAT e a 40% de aumento na contagem do Tempo de Serviço (TS) para cálculo da remuneração na reserva e da pensão de reforma.
- (8) O n.º 2 do mesmo artigo descreve que *“o montante mensal do SSAT é fixado, por Decreto Regulamentar, percentualmente ao escalão 1 da remuneração base (RB) de capitão, arredondado para a centena de escudos imediatamente superior.”*
- (9) As condições gerais para a atribuição do SSAT e da percentagem de aumento na contagem do TS, conforme vem descrito no artigo 3.º, estão sujeitas à execução do treino mínimo de saltos¹⁰, previstos no mesmo artigo, em cada semestre anterior.
- (10) O regime especial está consignado no artigo 4.º do mesmo diploma, que se transcreve com as necessárias adaptações:
- “1 - Os militares referidos no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 6.º que, por razões de imperativo de serviço, deixem, por prazo não superior a um ano¹¹, de cumprir os requisitos previstos no artigo anterior podem manter o direito ao SSAT e à percentagem de aumento na contagem de tempo de serviço mediante despacho do CEME, sob proposta fundamentada do comandante da BrigRR.*
- 2 - Na contagem do prazo de um ano referido no número anterior é descontado o tempo de cumprimento das missões de carácter operacional, incluindo missões de paz e de cooperação técnico-militar, desde que executadas fora do território nacional.*
- 3 - Os militares referidos no n.º 1 que, por incapacidade temporária resultante de acidente em serviço, deixem de cumprir as condições previstas no artigo anterior mantêm o direito ao SSAT e à percentagem de aumento na contagem de tempo de serviço.*
- 4 - Os militares referidos no n.º 1 que, em consequência de acidente sofrido na execução de saltos em paraquedas, sejam declarada, por parecer emitido pela junta médica competente e devidamente homologado, a sua inaptidão total para aquele salto mantêm o direito a perceber o suplemento de serviço aerotransportado.”*
- (11) A competência para autorizar o abono do SSAT encontra-se delegada por S. Ex.^a o GEN CEME no Exmo. TGEN VCEME¹².
- (12) Entretanto, no âmbito da revisão dos suplementos remuneratórios, o artigo 112.º da Lei n.º 12-A/2008 estipulou que todos os suplementos remuneratórios criados por lei especial deveriam ser revistos no prazo de 180 dias e que, quando não o fossem, que

¹⁰ Quatro saltos em paraquedas para quem tenha menos de 40 anos de idade e dois saltos de paraquedas para quem ultrapassado os 40 anos de idade.

¹¹ Descontado o tempo em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) e Cooperação Técnico-Militar (CTM) fora do território nacional, previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 186/2014 de 29 de dezembro.

¹² Despacho n.º 8795/2017 de 21 de setembro de S. Ex.^a o GEN CEME.



- foi o caso do SSAT, o seu montante pecuniário seria insuscetível de qualquer alteração (cfr. n.º 2 e 3 do mesmo artigo e n.º 10 do artigo 117.^{o13}).
- (13) O SSAT na qualidade de suplemento remuneratório integra-se no âmbito da autoridade funcional e técnica do Exmo. TGEN AGE prevista na Lei Orgânica do Exército (LOE)¹⁴, que se concretiza da seguinte forma:
- (a) As competências de planeamento e controlo orçamental das despesas com o pessoal, bem como as competências para realização de auditorias internas no âmbito dos abonos e descontos residem no Gabinete do Comandante do Pessoal (GabAGE).
 - (b) As competências de direção no âmbito dos abonos e descontos residem na DSP, dependência hierárquica do Comando do Pessoal (CmdPess), a quem nos termos do Decreto Regulamentar¹⁵ compete “(...) *propor, dirigir e coordenar a execução das atividades desenvolvidas no âmbito do (...) processamento de abonos e remunerações*” entre outras.
 - (c) A competência de apuramento do TS relevante para efeitos de cálculo da PPSSAT, reside na DARH, dependência hierárquica do CmdPess, a quem nos termos do mesmo Decreto Regulamentar compete “(...) *propor, dirigir, coordenar e executar as ações referentes à (...) administração dos recursos humanos do Exército*” e em especial “*Assegurar a execução dos atos referentes a mudanças de situação, respeitantes a militares no ativo, na reserva, reserva de disponibilidade e na reforma, bem como à prestação de serviço e sua efetividade.*”.
- (14) A competência para decidir sobre a contagem do TS e sobre os requerimentos relativos à contagem de TS reside no Exmo. TGEN AGE, por delegação de competências de S. Ex.^a o GEN CEME¹⁶.
- (15) Às U/E/O compete, nesta matéria, o apoio administrativo-logístico aos militares essencialmente através do seguinte:
- (a) Disponibilização de informação acerca dos direitos remuneratórios e das condições necessárias para atribuição do SSAT.
 - (b) Registo administrativo dos factos relevantes para o processamento do SSAT.
 - (c) Preparação e envio ao escalão superior das listas que identificam os militares que cumpriram as condições necessárias para atribuição do SSAT.

¹³ Veja-se também o Despacho n.º 1/2013 do MGen DSP de 30 de janeiro que indefere todos os requerimentos pendentes cujo pedido se reportava à atualização do SSAT.

¹⁴ N.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 186/2014 de 29 de dezembro.

¹⁵ Decreto Regulamentar n.º 11/2015 de 31 de julho.

¹⁶ Despacho n.º 1253/2018 de 6 de fevereiro de S. Ex.^a o GEN CEME.



- (d) Conservação da documentação em arquivo em conformidade com as normas em vigor.
- (e) Acompanhamento e verificação do pagamento de remunerações.
- (f) Prestação de esclarecimentos aos militares sobre o processamento dos valores.

b. Caracterização das entidades visitadas

(1) RPFES/DARH

- (a) A RPFES insere-se hierarquicamente na DARH conforme o previsto no Quadro Orgânico de Pessoal (QOP) 03.01.02 de 25Fev2016.
- (b) À RPFES compete em especial *“assegurar a execução dos atos referentes a mudanças de situação, respeitantes a militares (...) na reserva, (...) e na reforma, bem como à prestação de serviço e sua efetividade”* e *“preparar e acompanhar os processos com vista à atribuição de pensão de reforma”*.

(2) RA/DSP

- (a) A RA insere-se hierarquicamente na DSP conforme previsto no QOP 03.01.04, aprovado por Despacho de S. Ex.^a o GEN CEME, de 19Out2015.
- (b) Tem como missão propor, dirigir e coordenar entre outras, a execução das atividades desenvolvidas no âmbito do processamento de abonos e remunerações.
- (c) Compete-lhe em especial, preparar e verificar os elementos necessários ao processamento, liquidação e pagamento de remunerações e pensões aos servidores do Exército.
- (d) Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 1253/2018, de 6 de fevereiro, de S. Ex.^a o GEN CEME e através do Despacho n.º 2509/2018 do Exmo. TGEN AGE¹⁷, foi subdelegada no Exmo. BGEN Diretor da DSP, a competência para *“praticar os atos respeitantes a remunerações, suplementos, subsídios e demais abonos e descontos do pessoal militar, militarizado e civil do Exército bem como proferir decisão sobre requerimentos e exposições respeitantes às mesmas matérias”*.

(3) QG/BrigRR

- (a) O QG/BrigRR está organizado conforme definido pelo QOP 04.04.04, aprovado por Despacho de S. Ex.^a o GEN CEME, de 05Set2016 e tem como missão assegurar a administração e direção das unidades e órgãos colocados na sua direta dependência.
- (b) Nos termos do Decreto Regulamentar n.º 11/2015 de 31 de julho, compete ao QG/BrigRR entre outras atividades, assegurar o planeamento e coordenação das

¹⁷ Publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 50, de 12 de março de 2018.



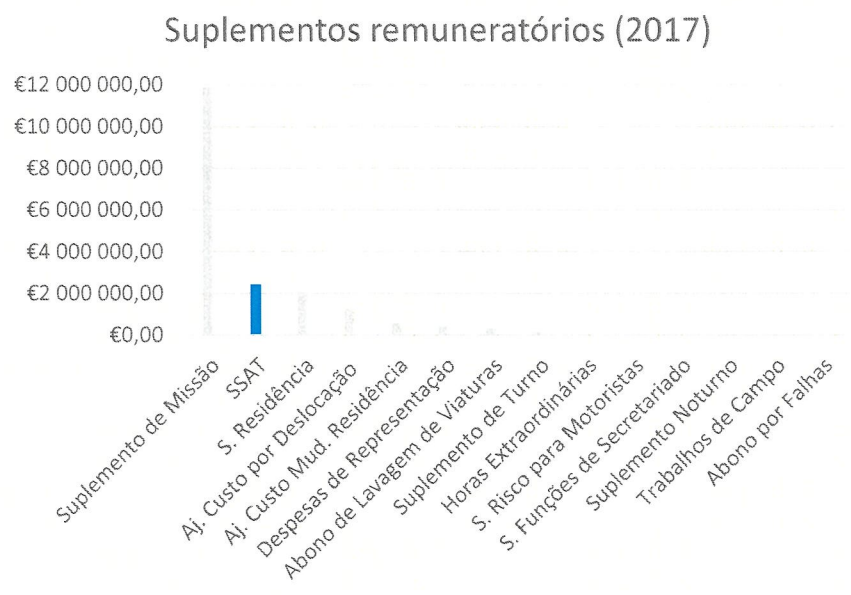
atividades de apoio ao treino operacional e formação, bem como garantir a manutenção dos padrões de desempenho operacionais estabelecidos.

- (c) Para o desenvolvimento das competências de registo e controlo de saltos a BrigRR dispõe de um Gabinete de Apoio ao Comando em que o Chefe de Gabinete (TCor) superintende 1 (um) SCh e 2 (dois) SAj¹⁸.

c. Caraterização do processo auditado

- (1) Em 2017, em termos de executado, a despesa anual relativa ao SSAT atingiu o valor de 2.436.043,40 €, que corresponde a 13% do total dos suplementos remuneratórios pagos aos militares e funcionários civis¹⁹.

QUADRO 02 – SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS



- (2) Em termos de categorias e considerando os dados do 1.º semestre de 2018, 804 militares auferiram o SSAT, tendo 625 sido pagos pelo Exército com a seguinte distribuição²⁰:

¹⁸ Com Qualificação de Instrutor de Paraquedismo.

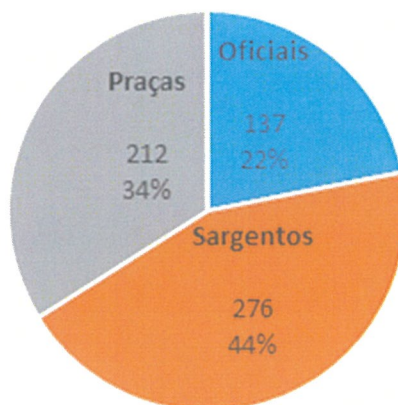
¹⁹ Excluindo o Suplemento de Condição Militar (SCM).

²⁰ Os restantes 179 militares não auferiram o SSAT pelo Exército por se encontrarem a ser remunerados pelo EMGFA (onde se incluem os paraquedistas destacados na MINUSCA) ou por outros organismos do Estado.



QUADRO 03 – SSAT POR CATEGORIAS

SSAT por Categorias



- (3) Em termos do número de militares (804) que auferiram SSAT no 1.º semestre de 2018, por U/E/O:

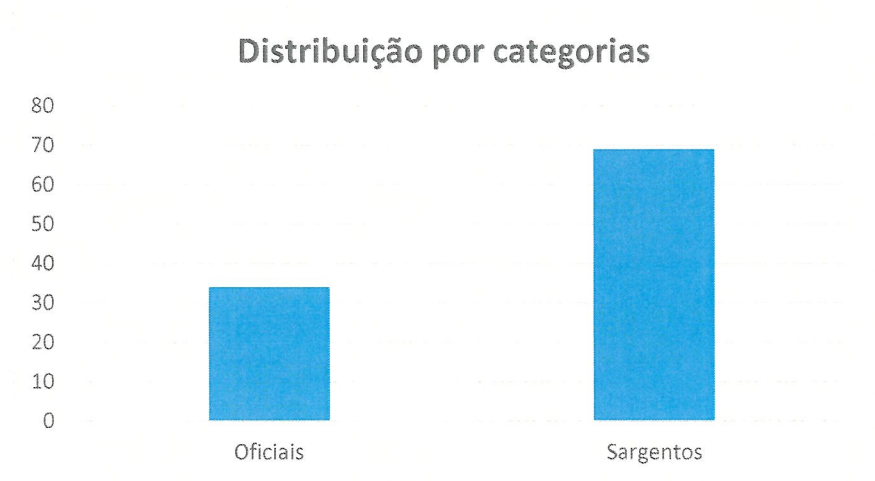
QUADRO 04 – ABONO DO SSAT – 1º SEMESTRE 2018

Unidade	N.º de militares
RI15	194
RI10	193
RPara	174
CTOE	85
QG/BrigRR	65
RA4	27
RC3	18
RAAA1	12
RE1	12
RMan	7
EMGFA	3
UnAp/EME	3
BrigMec	2
AgrSan	1
AM	1
BrigInt	1
DARH	1
DE	1
GNR	1
RG1	1
RI1	1
Cmd/ZMM	1



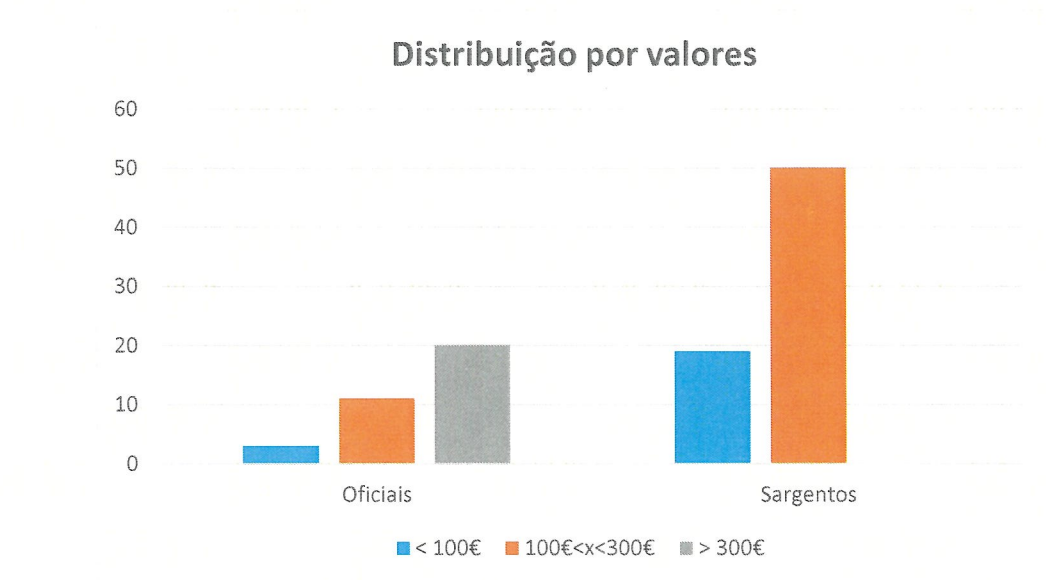
- (4) Em março de 2018 encontravam-se a auferir a PPSSAT 103 militares, com a seguinte distribuição por categorias:

QUADRO 05 – ABONO DO PPSSAT – MAR2018



- (5) Os valores da PPSSAT auferidos em março de 2018 caracterizam-se da seguinte forma:

QUADRO 06 – DISTRIBUIÇÃO DO PPSSAT – MAR2018



- (6) No que respeita à legislação específica aplicável ao processo auditado, salientam-se os seguintes diplomas:
- (a) O Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que promulga o Estatuto da Aposentação.
 - (b) O Decreto-Lei n.º 253-A/79 de 27 de julho que inseriu disposições relativas à revisão da generalidade das remunerações acessórias estabelecidas para o pessoal militar, nomeadamente as remunerações inerentes a atividades envolvendo riscos e



desgaste significativos, e que fixou os quantitativos mensais da “*Gratificação paraquedista*”.

- (c) O Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho, que regula o SSAT.
 - (d) A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e que determinou a não atualização dos montantes dos suplementos remuneratórios não revistos.
 - (e) O Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, que aprova o regime remuneratório aplicável aos militares dos Quadros Permanentes (QP) e em Regime Voluntariado e de Contrato (RV/RC) dos três ramos das Forças Armadas.
 - (f) O Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, que aprova o EMFAR.
- (7) No que se refere à regulamentação interna aplicável ao processo auditado, realçam-se os seguintes documentos:
- (a) O Despacho n.º 197/96 de S. Ex.^a o GEN CEME, de 24 de outubro, que determina a aplicação extensiva do regime previsto no Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho, ao Destacamento de Operações Especiais e ao Pelotão de Patrulhas de Longo Raio de Ação do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE).
 - (b) O Despacho n.º 22/97 do Exmo. GEN VCEME que estabelece os procedimentos para atribuição do abono de SSAT.
 - (c) O Despacho n.º 8795/2017, de 21 de setembro, de S. Ex.^a o GEN CEME que delega no VCEME a competência para autorizar o abono do SSAT, nos termos do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho.
 - (d) A Circular Comum n.º 1/2013 da DSP e da DARH, de 22Jan, que define os procedimentos a ter em atenção na transição para as situações de reserva e reforma, particularmente na comunicação pela DARH à DSP do Tempo de Serviço Militar (TSM) relevante para efeitos remuneratórios.
- (8) Anexo A - FLUXOGRAMA DO PROCESSO AUDITADO.



(9) Valor do SSAT

QUADRO 07 – VALOR DO SSAT²¹

		Valor €
Pessoal especializado em paraquedismo	COG	360,50
	Cor	412,00
	TCor, Maj, Cap	446,34
	Of Sub, Sar	274,67
	Pessoal equiparado a militar	274,67
	Praças	154,50
Pessoal em preparação em paraquedismo	QP ou destinado ao QP	223,17
	Graduado RV/RC	120,17
	Praças RV/RC	85,83
	Pessoal equiparado a militar	85,83

(10) Valor do PPSSAT

(a) De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 180/94, para efeitos de cálculo da remuneração na reserva e pensão na reforma:

- 1 O SSAT tem características de remuneração principal;
- 2 A PPSSAT a considerar é em função do último posto em que este serviço foi desempenhado;
- 3 O valor da PPSSAT não pode ser superior ao valor do SSAT correspondente ao relativo ao COG na efetividade do serviço.

(b) De acordo com o regime remuneratório dos militares²² e para efeitos de cálculo da remuneração de reserva, a PPSSAT corresponde à 36.^a parte do SSAT percebido no último posto do ativo, multiplicada pela expressão em anos do número de meses em que foi exercida a atividade que conferiu direito ao suplemento, a qual não pode ser superior a 36.

$$\text{PPSSAT} = \text{SSAT} \times \frac{(\text{n.º anos SAT} \times 1,4) \text{ Máx } 36}{36}$$

²¹ Em 2005, fruto da atualização do índice 100, a remuneração de Capitão no 1.º escalão correspondia a 1.632,03€. Posteriormente, o índice 100 da escala indiciária do regime geral sofreu acréscimos de 2,1% (1.716, 68€) e de 2,9% (1.766,48€), por força da Portaria n.º 30-A/2008, de 10 de janeiro e da Portaria n.º 1553/C-2008, de 31 de dezembro, respetivamente.

²² Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 296/2009 de 14 de outubro.



(c) De acordo com o disposto no artigo 121.º do Decreto-Lei 498/72, de 9 de dezembro²³, à pensão de reforma calculada nos termos legais, será adicionada uma parcela de montante igual à 36.ª parte do montante do SSAT²⁴, multiplicado pela expressão em anos do número de meses de serviço, incluindo as percentagens legais de aumento, em que foi exercida a atividade inerente ao abono do suplemento, até ao limite de 36 anos.

(d) Ainda de acordo com o regime remuneratório dos militares, a remuneração dos militares na situação de reserva na efetividade de serviço é igual à dos militares do ativo do mesmo posto e posição remuneratória.

(e) Tabela Resumo

Condições		Regime	Aumento TS	SSAT	PPSSAT
Qualificação Para / Desempenho de funções nas U/E/O do CTAT e BAI	Execução de saltos	Normal	40 %	% RB Cap	SSAT/36 x (n.º anos SAT x 1,4)*
	Imperativo de serviço	Especial			
	Incapacidade temporária				
	Inaptidão total para o SAT		0%		

* Máximo 36 anos

d. Caraterização da amostra

(1) SSAT

Tendo em vista a avaliação da eficácia e eficiência do processamento do SSAT, foi analisada a totalidade do universo dos 625 militares que auferiram este abono no 1.º semestre de 2018.

(2) PPSSAT

(a) Foi selecionada uma amostra segundo o método estatístico aplicado a toda a população (amostragem aleatória), através das técnicas de amostragem por conglomerados e estratificada (por significância de valores e por categorias), assegurando a representatividade da população em análise.

²³ Com as alterações introduzidas pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 180/94 de 29 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 75/83 de 8 de fevereiro.

²⁴ Correspondente ao último posto em que esse serviço foi prestado.



- (b) A amostra contém 30 processos do universo de 103 processados no mês de Mar2018, tendo deste modo os resultados da análise um grau de confiança de 85%, considerando a seguinte fórmula de cálculo:

$$n_0 = 1/E_0^2$$

$$n = N.n_0/N+n_0$$

N – Tamanho da população

E₀ – Erro amostral tolerável

n₀ – Primeira aproximação do tamanho da amostra

n – Tamanho da amostra

4. RESULTADOS DA AUDITORIA

a. Observações

(1) **Objetivo 1 – Apreciar a conformidade legal e a adequação das normas de processamento do SSAT e do PPSSAT.**

- (a) O n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho, dispõe que têm direito ao SSAT *“os militares com a qualificação de aerotransportado, quando no desempenho de funções no comando, unidades ou órgão do Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT) ou da Brigada Aerotransportada Independente (BAI) ou em formação para obtenção daquela qualificação”*.
- (b) Através do Despacho n.º 197/96 de S. Ex.^a o GEN CEME, de 24 de outubro, foi determinado que se enquadram no âmbito referido no ponto anterior, os militares pertencentes ao Destacamento de Operações Especiais e ao Pelotão de Patrulhas de Longo Raio de Ação do então CIOE.
- (c) Por sua vez, o Despacho n.º 22/VCEME/97 de 14 de novembro, estabeleceu os procedimentos para apresentação das relações de pessoal a elaborar no final de cada semestre para efeitos do abono de SSAT, tendo por referência as Unidades militares suprarreferidas.
- (d) Posteriormente e na sequência da reestruturação orgânica do Exército²⁵, o Despacho n.º 12555/2006, de 16 de junho, do Ministro da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, viria a prever a integração do CTOE (antigo CIOE) no Comando da BrigRR.
- (e) Da análise efetuada aos diplomas legais e aos normativos internos constata-se a existência generalizada de riscos de conformidade legal, na medida em que grande parte dessas essas disposições têm mais de 20 anos, refletindo uma realidade orgânica que não tem correspondência com a nova estrutura do Exército.

²⁵ Operada pelo Decreto-Lei n.º 61/2006, de 21 de março.



- (f) Outra questão que merece destaque, prende-se com a interpretação e aplicação da norma ínsita no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 180/94, por acarretar um risco de conformidade legal: *“Os militares referidos no n.º 1 que, em consequência de acidente sofrido na execução de saltos em paraquedas, vejam declarada, por parecer emitido pela junta médica competente e devidamente homologado, a sua inaptidão total para aquele salto mantêm o direito a perceber o suplemento de serviço aerotransportado.”*
- (g) O risco surge da dificuldade em delimitar com exatidão *“os militares referidos no n.º 1”* e respetivas circunstâncias.
- (h) O n.º 1 do artigo 4.º remete, por sua vez, para o universo dos *“militares referidos no n.º 1 do artigo 2.º²⁶ e no n.º 2 do artigo 6.º²⁷”*.
- (i) Assim, são identificados dois tipos de militares: por um lado, os militares classificados de paraquedistas no desempenho de funções no CTAT ou na BAI (leia-se BrigRR) e, por outro, os militares da extinta especialidade de paraquedistas que não integrem o CTAT ou o BAI (leia-se BrigRR).
- (j) Ora, esta questão foi objeto de decisões judiciais com interpretações diversas sobre esta norma, tendo o Supremo Tribunal Administrativo (STA) clarificado que o militar com a qualificação de aerotransportado e no desempenho de funções no comando, unidades ou órgão do CTAT ou da BAI ou em formação para obtenção daquela qualificação, que tenha um acidente em serviço que o incapacite definitivamente para o salto mas que lhe confira capacidade para o exercício de funções em terra apenas mantém o SSAT se continuar colocado numa daquelas unidades²⁸.

Recomendação 1a: Ao GabAGE para solicitar ao EME a atualização dos despachos n.º 197/96 de 24 de outubro de S. Ex.ª o GEN CEME e n.º 22/VCEME/97 de 14 de novembro tendo em vista a clarificação do universo de militares abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 180/94 de 29 de junho.

Em sede de contraditório a BrigRR sugere que *“(...) a BrigRR deverá propor qual o universo dos militares que deverão estar qualificados em Paraquedismo e cumprir o treino mínimo aeroterrestre ou, quando tal não acontecer, ser justificado pelo Cmd da BrigRR, como acontece atualmente (situação cumulativa que reúne as condições para ser abonado do SSAT) e não “decidir” sobre quem deve ou não ter direito a ser*

²⁶ Os militares com a qualificação de aerotransportado, quando no desempenho de funções no comando, unidades ou órgão do CTAT ou da BAI ou em formação para obtenção daquela qualificação.

²⁷ Os militares da extinta especialidade de paraquedistas da Força Aérea dos QP e do Regime de Contrato Automaticamente prorrogável (RCA) que não venham a integrar os QO do CTAT ou da BAI.

²⁸ Acórdão do STA de 2 de junho de 2010 (proc.º 146/10/11).



abonado pelo SSAT. O nosso enfoque é centrado nas capacidades e não no poder discricionário de dizer quem recebe ou não (...).”

*Foi alterada a **Recomendação 1** “À BrigRR que providencie superiormente uma proposta de despacho clarificadora sobre o universo dos militares que assiste o direito ao SSAT, por U/E/O.”*

- (k) Por sua vez, quanto aos militares com incapacidade temporária resultante de acidente em serviço, onde se inclui os processos de averiguações em curso, o Despacho n.º 22/VCEME/97 estabelece que esses militares devem ser incluídos nas relações para abono do SSAT.
- (l) Ora, nestes termos apurou-se junto da BrigRR que o pagamento do SSAT aos militares com processos de averiguações em curso pode acarretar um certo protelamento das queixas clínicas dos militares no sentido de adiar a alta médica e continuar a auferir o SSAT sem saltar, comprometendo a operacionalidade das Unidades e criando situações de injustiça relativa.
- (m) Esta preocupação foi recentemente agudizada na sequência do Despacho de 15Mai2018 do Exmo. TGEN AGE, divulgado pela mensagem n.º 14429 da SAD/RJD/DSP, de 05 de junho, que veio comunicar às U/EO que as mesmas devem fazer seguir para qualificação os processos de acidente/doença que se encontrem instruídos e a aguardar somente pela regularização clínica dos sinistrados, por forma a fazer cumprir os prazos estipulados na Determinação n.º 5 do Ministério do Exército de 1973 e no Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro.
- (n) Assim, a qualificação do acidente em serviço antes da total regularização clínica do militar, poderá implicar a manutenção do abono do SSAT e fomentar, na visão da BrigRR, um eventual aproveitamento por parte desses militares.

Recomendação 2: À DSP que reveja ou preveja uma alteração ou exceção aos procedimentos expressos na mensagem n.º 14429 da SAD/RJD/DSP, de 05 de junho de 2018, que permita ir ao encontro das especificidades da BrigRR.

- (o) Outro aspeto merecedor de referência, prende-se com as situações de gravidez ocorridas em militares que se encontram abrangidas pelo SSAT. O entendimento vigente consigna a não justificação do não cumprimento do treino mínimo semestral de saltos, acarretando a cessação do abono até então auferido.
- (p) Esta questão foi objeto de Parecer por parte do GabCEME, através do Parecer n.º 127/06, de 05 de dezembro, homologado por S. Ex.ª o GEN CEME, em 10Jan2007, que concluiu não assistir direito ao SSAT e ao aumento do TS, para as militares



incapacitadas temporariamente para o serviço aerotransportado, incluindo por motivo de gravidez.

- (q) Neste âmbito, cumpre salientar que a Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra a maternidade e paternidade como valores sociais iminentes, remetendo para o legislador a tarefa de concretização da sua proteção.
- (r) Por sua vez, o artigo 102.º do EMFAR, determina que são aplicáveis aos militares, em matéria de proteção na parentalidade, os direitos previstos na legislação aplicável aos trabalhadores em funções públicas, com as necessárias adaptações;
- (s) Por outro lado, o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, estabelece que as normas relativas à parentalidade, são aplicáveis, ex vi da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com as necessárias adaptações, aos trabalhadores que exerçam funções públicas, nas modalidades de contrato de trabalho em funções públicas e de nomeação.
- (t) Por Despacho n.º 167/2017, de 26 de setembro, de S. Ex.ª o GEN CEME, foram aprovadas as “Medidas da Proteção na Parentalidade dos Militares do Exército” que estabelecem no Ponto 5 a.(4) *“a proibição de paraquedismo por parte de militares grávidas”, prevendo a alínea f. que “enquanto durar a proibição referida na alínea a. e b., as militares grávidas, puérperas e lactantes desempenham outras tarefas consideradas compatíveis com o seu estado fisiológico, retomando as funções anteriormente desempenhadas quando findar o seu estado, desde que não existam motivos de saúde impeditivos”.*
- (u) Pese embora as referidas medidas da proteção na parentalidade abordem diversos aspetos relacionados com as funções que podem ou não ser desempenhadas relacionados com os riscos envolvidos, não existe qualquer referência à manutenção ou não do direito ao SSAT.

Na sequência do exercício do direito ao contraditório pelas várias entidades e em sede de redação final do vertente relatório foi revista a recomendação 3: *“Face à sensibilidade da questão evidenciada e às implicações ao nível da gestão dos recursos disponíveis, recomenda-se à BrigRR que em sede da proposta de despacho apresentada na Recomendação 1, proponha os procedimentos relativos ao abono do SSAT das militares grávidas.”*, tendo sido produzida a recomendação 3a.

Recomendação 3a: Face à sensibilidade da questão evidenciada e às implicações ao nível da gestão dos recursos disponíveis, recomenda-se ao GabAGE que suscite ao EME a necessidade de definição de procedimentos relativos ao abono do SSAT das militares grávidas, puérperas e lactantes.



(2) Objetivo 2 – Apurar a conformidade legal na determinação do valor do SSAT a receber na situação de ativo e do valor de PPSSAT a receber na situação de reserva.

- (a) Para determinação do montante mensal do SSAT, de acordo com a legislação aplicável²⁹, este valor é fixado em função do escalão 1 da RB de capitão, de acordo com as percentagens definidas no Decreto-Lei n.º 253-A/79 para cada posto.
- (b) Contudo, por força do n.º 10 do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro³⁰, os valores do SSAT permaneceram fixados em função do escalão 1 da RB do posto de capitão, desde a atualização salarial de 2,1%³¹ ocorrida em 2008³².
- (c) Quanto à não atualização do SSAT, verifica-se que pode acarretar um risco eventual de diminuição do moral dos militares abrangidos, risco este que está, aliás, patente nas exposições apresentadas por 20 (vinte) militares junto da RA/DSP em 2016.

Recomendação 4: Ao GabAGE que apresente superiormente um memorando sobre a não atualização dos valores relativos ao SSAT, por forma a sensibilizar a tutela para a necessidade de reverter esta medida com impacto no bem-estar do pessoal.

- (d) No que diz respeito ao cálculo da PPSSAT, que acresce à remuneração de reserva, constata-se que a RA/DSP determina o valor em função do TS Aerotransportado comunicado pela RPFES/DARH.
- (e) Da análise à amostra selecionada identificaram-se erros de processamento em 3 (três) casos (10%), conforme se apresenta:

Valor mensal devido	Valor mensal pago	Divergência mensal
272,44	295,14	+ 22,70
350,86	445,80	+ 94,94
360,08	369,44	+ 9,36

- (f) Entretanto, junto da RA/DSP foi possível apurar que as divergências se deveram a erros de processamento na introdução de dados, associados à inexistência de uma parametrização informática mais adequada³³.

²⁹ N.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 180/94.

³⁰ Que determinou a não atualização dos montantes dos suplementos remuneratórios criados por lei especial.

³¹ Portaria n.º 30-A/2008, de 10 de janeiro, que procedeu à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional e pensões de aposentação e de sobrevivência a cargo da Caixa Geral de Aposentações (CGA).

³² Entendimento confirmado por Despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, de 12Out2012.

³³ Verificou-se não existir parametrização condicionadora do valor da PPSSAT ao valor auferido por Oficial General no Ativo, conforme previsto in fine no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 180/94: “não podendo o



- (g) A RA/DSP perante as situações supracitadas e por sua iniciativa, procedeu a um exame analítico e exaustivo dos processos e os erros detetados foram prontamente corrigidos, tendo iniciado o recálculo de todos os restantes processos da mesma natureza que se encontravam em processamento.
- (h) Sobre os erros detetados, é importante realçar a forma peremptória como a RA/DSP, aquando da reunião dos dados solicitados inicialmente pela RAAD, comunicou à equipa de auditoria e iniciou os procedimentos de correção dos abonos indevidos.

Recomendação 5: À DSP que prossiga a correção dos abonos indevidos e que implemente mecanismos de controlo interno tendo em vista a redução do risco de erros de processamento do PPSSAT.

- (i) Verificou-se, igualmente, que no cálculo da PPSSAT está a ser usado como referência o último posto na situação de ativo, independentemente deste corresponder ao último posto em que o abono foi percebido, posição que não encontra suporte legal, em face do previsto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 180/94 e n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 296/2009.

Recomendação 6: À DSP que promova a clarificação do posto relevante para efeitos de cálculo da PPSSAT.

Recomendação 7: À DSP e à DARH que promovam a atualização da Circular-Comum n.º 1/2013, nomeadamente quanto à comunicação do posto relevante para efeito de cálculo da PPSSAT pela DARH à DSP.

- (j) No exame da documentação relativa às passagens à situação de reserva dos militares que “em consequência de acidente sofrido na execução de saltos em paraquedas, sejam declarada, por parecer emitido pela junta médica competente e devidamente homologado, a sua inaptidão total para aquele salto”³⁴, identificou-se que a DARH considera que o TS aerotransportado é de 432 meses³⁵, independentemente do número de meses em que o militar efetivamente cumpriu as condições previstas na lei.

valor da parcela referente ao cálculo do abono deste suplemento ser superior ao menor valor do suplemento de serviço aerotransportado recebido por um oficial-general na efetividade de serviço.”

³⁴ Prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 180/94.

³⁵ 72 semestres.



- (k) Consequentemente, a RA/DSP determina o abono da PPSSAT pelo valor máximo, posição que não encontra suporte legal em face do previsto no supracitado normativo legal.
- (l) Cumpre referir que nos outros Ramos das Forças Armadas existem suplementos remuneratórios de natureza análoga ao SSAT, contudo não foi objeto desta auditoria apurar o respetivo enquadramento legal e a metodologia adotada para as situações de inaptidão total.
- (m) Importa ainda referir que neste contexto, antes de 1994 os militares que ficassem inaptos eram requalificados e regressavam ao seu quadro de origem, no Exército ou na Força Aérea.
- (n) De outra parte, a partir de 1994 o número de militares inaptos passou a ser uma realidade, tendo atingido o seu pico em 2005.

MILITARES INAPTOS

	TOTAL
1994 ³⁶	0
1995	0
1996	3
1997	4
1998	5
1999	12
2000	16
2001	23
2002	35
2003	46
2004	49
2005	54
2006	40
2007	38
2008	34
2009	33
2010	30
2011	29
2012	28
2013	26
2014	23
2015	20
2016	19
2017	16
2018	15

³⁶ Ano de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 180/94.



Recomendação 8: À DARH que submeta superiormente uma proposta com vista à clarificação do TS aerotransportado a considerar nos casos de inaptidão total previstos no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho.

(3) Objetivo 3 – Apurar a conformidade legal da remuneração auferida pelos militares que se encontram na situação de reserva na efetividade de serviço.

- (a) O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho, sob a epígrafe “*remuneração na reserva e pensão de reforma*”, estabelece no seu n.º 2 a forma de cálculo da PPSSAT: “*Para efeitos de cálculo da remuneração na reserva e da pensão de reforma, a efetuar nos termos do n.º 1 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 498/72, o percentual do suplemento de serviço aerotransportado a considerar é o último posto em que este serviço foi desempenhado, não podendo o valor da parcela referente ao cálculo do abono deste suplemento ser superior ao menor valor do suplemento de serviço aerotransportado recebido por um oficial-general na efetividade de serviço.*”
- (b) Da leitura estrita desta disposição retira-se que o legislador não distinguiu a situação de reserva fora da efetividade de serviço da situação de reserva na efetividade de serviço.
- (c) Por sua vez, a disposição constante do n.º 3 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, estabelece que “*A remuneração dos militares na reserva na efectividade de serviço é igual à dos militares do activo do mesmo posto e posição remuneratória.*”
- (d) Todavia, a DSP emitiu dois pareceres sobre esta matéria controvertida:
- 1 Parecer n.º 7/GabJur/2016, sem data, que preconizou a seguinte metodologia:
Os militares na situação de reserva na efetividade de serviço, que cumpram o plano de saltos ou se encontrem abrangidos pelas condições especiais do artigo 3.º do referido diploma legal, têm direito ao recebimento do SSAT;
Os sobreditos militares apenas adquirem o direito a receber o valor da PPSSAT a que alude o artigo 5.º, quando se encontrarem na situação de reserva fora da efetividade de serviço.
 - 2 Parecer n.º 9/GabJur/2016, sem data, veio posicionar-se relativamente à aplicação no tempo daquela metodologia, propondo a não retroatividade dos seus efeitos.
- (e) Na sequência, a DSP elaborou a Informação n.º 45/RA/2016, propondo superiormente a adoção das posições defendidas nos pareceres supra referidos, proposta que veio a merecer o despacho de concordância do Exmo. TGEN AGE de 14 de março de 2016.



- (f) Pese embora a ambiguidade interpretativa gerada pelos regimes da reserva na efetividade e fora da efetividade, do ponto de vista substancial não se vislumbram incoerências nas posições adotadas, ainda que torne menos apelativo o regresso de militares à efetividade do serviço, quando estes não possam reunir as condições para auferir o SSAT.

(4) Objetivo 4 – Apurar a eficácia e eficiência do processamento do SSAT e PPSSAT.

- (a) Relativamente ao processamento do SSAT dos militares que se encontram na situação de ativo ou reserva na efetividade do serviço³⁷, constatou-se que o abono é processado de forma eficiente e em conformidade com as disposições legais³⁸.
- (b) A BrigRR elabora semestralmente as propostas de atribuição do SSAT, em conformidade com o previsto no Despacho n.º 22/VCME/97, identificando separadamente os militares com a qualificação paraquedista, os militares em formação tendo em vista esta qualificação, bem como os militares da extinta especialidade de paraquedista da Força Aérea.
- (c) Por outro lado, as propostas de atribuição do SSAT discriminam os militares que cumpriram o treino mínimo previsto na lei, bem como os militares que por razões de imperatividade de serviço, incapacidade temporária ou inaptidão total não cumpriram o treino mínimo, mas mantêm o direito a auferir o SSAT.
- (d) A BrigRR elabora e submete as propostas de atribuição do SSAT para parecer do TGEN CFT e homologação do TGEN VCME em tempo útil, com vista ao processamento do SSAT.
- (e) Após a obtenção do despacho de homologação das listas, estas são enviadas de forma célere para a RA/DSP, juntamente com os documentos originais.
- (f) As listas homologadas são processadas pela RA/DSP de forma imediata no mês seguinte à sua receção.
- (g) Paralelamente, ao envio das listas homologadas em papel, a BrigRR envia um ficheiro em Excel com os mesmos dados, no sentido de facilitar o processamento do elevado número de abonos semestrais.
- (h) O processamento dos dados contidos no ficheiro de Excel permite reduzir o risco de erro que existe no processamento manual dos dados, contudo, apesar da origem do ficheiro conferir um certo grau de autenticação, o seu manuseamento comporta o risco de erro ou fraude por alteração de dados.

³⁷ Tendo por base o 1.º semestre de 2018.

³⁸ Na análise à amostra selecionada, detetou-se a existência de 2 (dois) militares na situação reserva na efetividade do serviço a auferir o PPSSAT. Esta situação foi justificada pela DSP pelo facto dos militares terem transitado da reserva para a reserva na efetividade de serviço, todavia, ainda sem expressão no processamento de vencimentos.



Recomendação 9: À BrigRR que inclua mecanismos que impeçam a edição dos dados enviados para a RA/DSP.

- (i) Quanto ao sistema de controlo interno existente no processo de registo e controlo de saltos, a BrigRR dispõe de um sistema eficaz assente em procedimentos de registo sucessivos, escrutináveis e sistemáticos, assegurando a fiabilidade e coerência no processamento do SSAT.
- (j) Registe-se também o perfeito conhecimento das regras e procedimentos aplicáveis, a diligência, o empenho e a colaboração prestada pelos elementos que compõem o registo e controlo de saltos da BrigRR, bem como a elevada competência técnica e experiência profissional que demonstram possuir.
- (k) Numa análise entre o efetivo previsto em QOP e o efetivo existente constata-se que falta um Saj, o que poderá comprometer significativamente o cumprimento da missão caso venha a sair outro elemento do controlo e registo de saltos.

Recomendação 10a: À BrigRR que garanta internamente a permanência do pessoal do controlo e registo de saltos.

Em sede de contraditório a BrigRR sugere que “(...) se deveria ir mais além, pois a BrigRR não gere pessoal ao nível do Exército estando, à semelhança das restantes unidades do Exército, sujeita uma gestão de pessoal decorrente da aplicação das Normas de Nomeação e Colocação dos Militares dos Quadros Permanentes. Esta brigada fará com certeza o seu trabalho interno, mas parece-nos importante um compromisso oficial e objetivo relativo a esta matéria.).”

Neste sentido alterou-se a **Recomendação 10** “À BrigRR que garanta a permanência do pessoal do controlo e registo de saltos.”

- (l) Regista-se ainda a existência de segregação de funções entre o planeamento, execução e o controlo e entre os vários níveis de responsabilidade³⁹.
- (m) Destaca-se também a existência de uma Base de Dados (BD) desenvolvida especificamente para o processamento dos dados relevantes para o SSAT.

Recomendação 11: No que tange aos dados pessoais tratados é fundamental que a BrigRR assuma o compromisso de atuação segundo o novo Regulamento Geral de proteção de dados⁴⁰, num contexto de cooperação, controlo e segurança da

³⁹ Com intervenções das unidades, das secções de operações das unidades, das operações aéreas da BrigRR, do diretor de lançamento, do chefe da área de embarque e do registo e controlo de saltos.

⁴⁰ Todas as BD devem obedecer a uma política de controlo de acessos superiormente definida, nos casos em que a mesma não seja centralizada, deve ser certificada por entidade externa ao operador, de forma a garantir



atividade de tratamento dos dados pessoais, assente no princípio da confidencialidade.

- (n) Quanto à gestão dos dados verifica-se que o registo e controlo de saltos emprega uma política de cópia de segurança semanal que permite assegurar a totalidade dos dados na sua introdução, atualização e armazenamento.
- (o) Relativamente ao processamento da PPSSAT aos militares que se encontram na situação de reserva⁴¹, constatou-se que este decorreu de forma eficiente e em conformidade com as disposições legais.
- (p) A RPFES/DARH promove o envio para a RA/DSP dos dados relativos aos militares que transitam para a situação de reserva, em regra no mês anterior.
- (q) O envio destes dados é feito através do mapa definido pelas duas entidades⁴², contendo informação relativa ao TS aerotransportado relevante para o cálculo da remuneração de reserva e respetiva PPSSAT.
- (r) Para o cômputo do TS a RPFES/DARH dispõe de um programa da CGA, que embora não esteja certificado, tem contribuído para a inexistência de erros de cálculo de tempo.
- (s) Realça-se como uma boa prática, o procedimento adotado pela RPFES/DARH de verificar as contagens de TS dos militares antes da passagem à reforma, submetendo as retificações necessárias a despacho do TGEN AGE e notificando os militares visados para se pronunciarem em sede de audiência prévia.
- (t) Verifica-se, contudo, que os dados relativos ao TS aerotransportado relevante são por vezes ambíguos, especificando um número de meses no quadro informativo principal e outro diferente em nota de rodapé.

Recomendação 12: Recomenda-se à DARH a apresentação inequívoca dos dados relativos ao TS aerotransportado relevante para efeitos do cálculo da PPSSAT.

(5) Objetivo 5 – Verificar a regularidade financeira do processamento do SSAT e PPSSAT.

- (a) As despesas com o SSAT são sujeitas a inscrição orçamental e cabimento prévio, tendo para o ano de 2018 sido inscrito pelo Exército o valor de 2.973.200,00 €⁴³.

que cumpre os requisitos de confidencialidade, segurança, privacidade e respeita o princípio da “*visualização do estritamente necessário*”.

⁴¹ Tendo por base o mês de Mar2018.

⁴² Circular-comum n.º 1/3013 da DSP e DARH, de 22 de janeiro.

⁴³ Mapa de controlo da despesa orçamental do Sistema Integrado de Gestão (SIG), consultado em 30Mai2018.



- (b) As despesas com o SSAT são classificadas adequadamente na rubrica 01.01.10 – Gratificações, nos termos do Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro⁴⁴.
- (c) As despesas com a PPSSAT são igualmente sujeitas a inscrição orçamental e cabimento prévio. Para o ano de 2018 o Exército previu o valor de 396.219 €.
- (d) As despesas com a PPSSAT também são classificadas adequadamente na rubrica 01.03.07 – Pensões de Reserva.
- (e) A autorização do abono do SSAT é dada pelo TGEN VCEME nos termos das competências que lhe estão delegadas através do despacho n.º 8795/2017 de 21 de setembro de S. Ex.ª o GEN CEME.
- (f) Os processamentos do SSAT e da PPSSAT são autorizados pelo Diretor da DSP nos termos das competências estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 11/2015 de 31 de julho.
- (g) O MGEN DFin nos termos das competências que lhe foram delegadas por S. Ex.ª o GEN CEME⁴⁵ autoriza o pagamento dos abonos.

b. Propostas das entidades visitadas

Nada a referir.

5. EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO

- a. O Projeto de Relatório foi submetido a exercício de contraditório por parte da DARH, DSP e BrigRR.
- b. Os comentários apresentados pelas entidades mereceram a análise da equipa de auditoria, tendo justificado alteração em três recomendações apresentadas no Projeto de Relatório.

6. CONCLUSÕES

- a. Considerando os trabalhos de auditoria realizados e tendo como referência o objetivo geral definido, retiram-se as seguintes conclusões:
 - (1) Conformidade legal e adequação das normas de processamento do SSAT e do PPSSAT;
 - (a) As normas de processamento do SSAT têm mais de 20 anos, refletindo uma realidade orgânica que não tem correspondência com a atual estrutura do Exército.

⁴⁴ Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central.

⁴⁵ Despacho n.º 8541/2016 de 8 de junho.



- (b) Por outro lado, os normativos internos não concretizam aspetos fundamentais relacionados com a parentalidade e acidentes em serviço, justificando-se igualmente a sua atualização.
 - (c) Face ao exposto, são emitidas recomendações no sentido de serem atualizadas as normas em vigor.
- (2) Conformidade legal na determinação dos valores do SSAT e PPSSAT;
- (a) Os valores do SSAT permanecem fixados por imposição legal desde 2008, não existindo uma norma habilitadora que permita a sua atualização.
 - (b) Esta situação tem gerado diversas reclamações por parte de militares que, defendendo uma interpretação atualista da legislação em vigor, consideram que o SSAT deve passar a ser fixado em função da 1.^a posição remuneratória de capitão da TRU.
 - (c) É emitida uma recomendação no sentido de submeter à consideração superior um memorando sobre a não atualização dos valores relativos ao SSAT, por forma a sensibilizar a tutela para a necessidade de reverter esta medida com impacto no bem-estar do pessoal.
 - (d) Relativamente ao cálculo da PPSSAT, identificou-se o pagamento de valores incorretos, motivado por erros de processamento na introdução de dados, que, entretanto, foram já corrigidos pela DSP.
 - (e) A DSP efetua o cálculo da PPSSAT em função do último posto na situação de ativo, independentemente deste corresponder ao último posto em que o SSAT foi percebido, posição que não encontra suporte legal.
 - (f) Verifica-se igualmente que aos militares que tenham visto declarada a inaptidão total para o salto em paraquedas nos termos do Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho, se considera o TS aerotransportado máximo (432 meses) para efeitos de cálculo da PPSSAT, independentemente do número de meses em que o militar efetivamente cumpriu as condições previstas na lei.
 - (g) Face ao exposto são apresentadas recomendações nos seguintes termos:
 - 1 Prosseguir a correção dos abonos indevidos e da implementação mecanismos de controlo interno que visem a redução do risco de erros de processamento do PPSSAT.
 - 2 Clarificação do posto relevante para efeitos de cálculo da PPSSAT.
 - 3 Clarificação do TS aerotransportado a considerar para efeitos de cálculo da PPSSAT nos casos de inaptidão total previstos no Decreto-Lei n.º 180/94, de 29 de junho.
- (3) Conformidade legal da remuneração auferida na reserva na efetividade de serviço;



- (a) Constata-se que os militares apenas auferem o valor da PPSSAT quando se encontram na situação de reserva fora da efetividade de serviço.
 - (b) Na situação de reserva na efetividade de serviço, os militares apenas têm direito ao recebimento do SSAT quando se verifica o cumprimento dos mesmos requisitos exigidos aos militares na situação de ativo.
 - (c) Neste contexto, não se vislumbram incoerências nas posições adotadas pela DSP no respeito à interpretação legal dos normativos em causa. No entanto, esta perspetiva torna menos apelativo o regresso de militares à efetividade do serviço, quando estes não possam reunir as condições para auferir o SSAT.
- (4) Eficácia e eficiência do processamento do SSAT e do PPSSAT;
- (a) Constata-se que o abono do SSAT é processado de forma eficiente, existindo, todavia, aspetos passíveis de serem melhorados, designadamente no que concerne à gestão do pessoal e ao tratamento de dados.
 - (b) Neste quadro, são apresentadas recomendações no intuito da BrigRR assegurar a manutenção dos conhecimentos técnicos relativos ao registo de saltos e de garantir a proteção de dados.
 - (c) Constata-se igualmente que o abono da PPSSAT aos militares que se encontram na situação de reserva é processado de forma eficiente, carecendo apenas de aperfeiçoamento a comunicação de dados à DSP.
 - (d) Neste sentido foi apresentada uma recomendação que permitirá melhorar a clareza da comunicação de dados relevantes para efeitos do cálculo da PPSSAT.
- (5) Regularidade financeira do processamento do SSAT e do PPSSAT.

Os valores de SSAT e PPSSAT são sujeitos a inscrição orçamental e cabimento prévio, sendo a despesa corretamente classificada e autorizada por entidade competente.

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AgrSan	Agrupamento Sanitário
Aj.	Ajudas
AM	Academia Militar
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BD	Base de Dados
BGEN	Brigadeiro General
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
Cap	Capitão
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CFT	Comando das Forças Terrestres
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CGA	Caixa Geral de Aposentações
Cmd	Comando
COG	Corpo de Oficiais Gerais
Cor	Coronel
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTM	Cooperação Técnico Militar
CTOE	Centro de Tropas de Operações Especiais
DARH	Direção de Administração de Recursos Humanos
DE	Direção de Educação
DFin	Direção de Finanças
DSP	Direção de Serviços de Pessoal
EME	Estado-Maior do Exército
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas



FMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
Esc	Escalão
GabAGE	Gabinete do Tenente-General Ajudante-General do Exército
GEN	General
GNR	Guarda Nacional Republicana
LOE	Lei Orgânica do Exército
Maj	Major
MGEN	Major General
MHP	Missões Humanitárias e de Paz
Of	Oficial
PAAD	Plano de Auditorias de Abonos e Descontos
Para	Paraquedista
PPSSAT	Parcela Proporcional do Suplemento de Serviço Aerotransportado
QG	Quartel-General
QOP	Quadro Orgânico de Pessoal
QP	Quadros Permanentes
RA/DSP	Repartição de Abonos da Direção de Serviços de Pessoal
RAAA1	Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1
RA4	Regimento de Artilharia N.º 4
RB	Remuneração Base
RC	Regime de Contrato
RCA	Regime de Contrato Automático
RC3	Regimento de Cavalaria N.º 3
RE1	Regimento de Engenharia N.º 1
RI1	Regimento de Infantaria N.º 1
RI10	Regimento de Infantaria N.º 10
RI15	Regimento de Infantaria N.º 15
RG1	Regimento de Guarnição N.º 1
RMan	Regimento de Manutenção



RPara	Regimento de Paraquedistas
RPFES	Repartição de Pessoal Fora de Efetividade do Serviço
RV	Regime de Voluntariado
S.	Suplemento
Saj	Sargento Ajudante
Sar	Sargentos
SAT	Suplemento Aerotransportado
Sch	Sargento Chefe
SCM	Suplemento de Condição Militar
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SSAT	Suplemento de Serviço Aerotransportado
STA	Supremo Tribunal Administrativo
Sub	Subalterno
TCor	Tenente Coronel
TGEN AGE	Tenente General Ajudante-General do Exército
TRU	Tabela Remuneratória Única
TS	Tempo de Serviço
TSM	Tempo de Serviço Militar
TSUP	Técnico Superior
U/E/O	Unidade, Estabelecimento e Órgão
UnAp	Unidade de Apoio
ZMM	Zona Militar da Madeira



ANEXOS

- A - FLUXOGRAMA DO PROCESSO AUDITADO**
- B – EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA DARH**
- C – EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA DSP**
- D – EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA BrigRR**

Comando do Pessoal, Porto, 30 de julho de 2018

A Equipa de Auditoria

TCor António Manuel de Jesus Coelho dos Santos

Maj António Marco Sá Machado

TSUP Jorge Manuel Parreira Saraiva



**Anexo A (FLUXOGRAMA DO PROCESSO AUDITADO) ao
Relatório da Auditoria n.º 1/2018 da RAAD**



**Anexo B (EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA DARH) ao
Relatório da Auditoria n.º 1/2018 da RAAD**



**Anexo C (EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA DSP) ao
Relatório da Auditoria n.º 1/2018 da RAAD**



**Anexo D (EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA BrigRR) ao
Relatório da Auditoria n.º 1/2018 da RAAD**



**Anexo B (EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA DARH) ao
Relatório da Auditoria n.º 1/2018 da RAAD**

maj machado.ams

De: tcor santos.amjc
Enviado: 20 de julho de 2018 13:56
Para: maj machado.ams
Assunto: FW: Projeto relatório SSAT

De: cor teixeira.jcsl
Enviada: sexta-feira, 20 de Julho de 2018 13:54
Para: tcor santos.amjc
Assunto: RE: Projeto relatório SSAT

Meu Digm.º Camarada

Embora já o tenha feito pessoalmente, em termos formais comunico nada de contraditório ter a apontar aos ficheiros enviados.

Com os melhores cumprimentos



Leal Teixeira

Coronel

Chefe da Repartição de Pessoal Fora da Efetividade de
222077372 / 431270

teixeira.jcsl@mail.exercito.pt

Quartel de Santo Ovídeo - Praça da República,
4099-037 Porto
cmdpess@mail.exercito.pt

De: tcor santos.amjc
Enviada: 9 de julho de 2018 16:07
Para: cor teixeira.jcsl <teixeira.jcsl@mail.exercito.pt>
Assunto: FW: Projeto relatório SSAT

Meu Coronel

Conforme combinado junto anexo o Projeto de Relatório de Auditoria ao SSAT

Com os melhores cumprimentos

Coelho dos Santos

Este email foi verificado pelo Bitdefender.



**Anexo C (EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA DSP) ao
Relatório da Auditoria n.º 1/2018 da RAAD**



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL
REPARTIÇÃO DE ABONOS

Para:

Gabinete do Comandante do Pessoal
Quartel de Santo Ovídeo
Praça da República,

4099 – 037 PORTO

C/C:

Nossa Referência

N.º: DSP.RA.SSIGAJ-2018- 04242

Proc.º: 00.850

12 de julho de 2018

Assunto: DIREITO AO CONTRADITÓRIO – AUDITORIA N.º 1/2018 DO GABAGE/CMDPSS –
SUPLEMENTO DE SERVIÇO AEROTRANSPORTADO

Ref.ª (s): Nota n.º GABAGE.RAAD-2018-017522 Proc.º 00.450.0040, 09 de Julho de 2018

Sobre o assunto em epígrafe, encarrega-me o Exmo. Diretor de Serviços de Pessoal, de enviar os comentários para efeitos do exercício do direito ao contraditório:

Recomendação 5: À RA/DSP que prossiga a correção dos abonos indevidos e que implemente mecanismos de controlo interno tendo em vista a redução do risco de erros de processamento do PPSSAT.

- a. A RA tem implementado um sistema de controlo interno por forma a reduzir e evitar riscos de erro no processamento, porquanto estes erros apresentam-se historicamente como residuais.
- b. Em complemento, encontra-se já implementado um sistema de bloqueio na fórmula de cálculo do PPSSAT que impossibilita o processamento de um PPSSAT com valor superior ao valor previsto para um Oficial General no Ativo.

À consideração superior,

O CHEFE DA REPARTIÇÃO

LUÍS MIGUEL GONÇALVES
TCOR ADMIL



**Anexo D (EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO DA BrigRR) ao
Relatório da Auditoria n.º 1/2018 da RAAD**



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
QUARTEL-GENERAL DA BRIGADA DE REAÇÃO RÁPIDA
ESTADO-MAIOR

Para:

Comando do Pessoal

C/C:

Comando das Forças Terrestres

Nossa Referência

Nº: CGI-2018-002647

Procº.: 00.450.0110, 24 de Julho de 2018

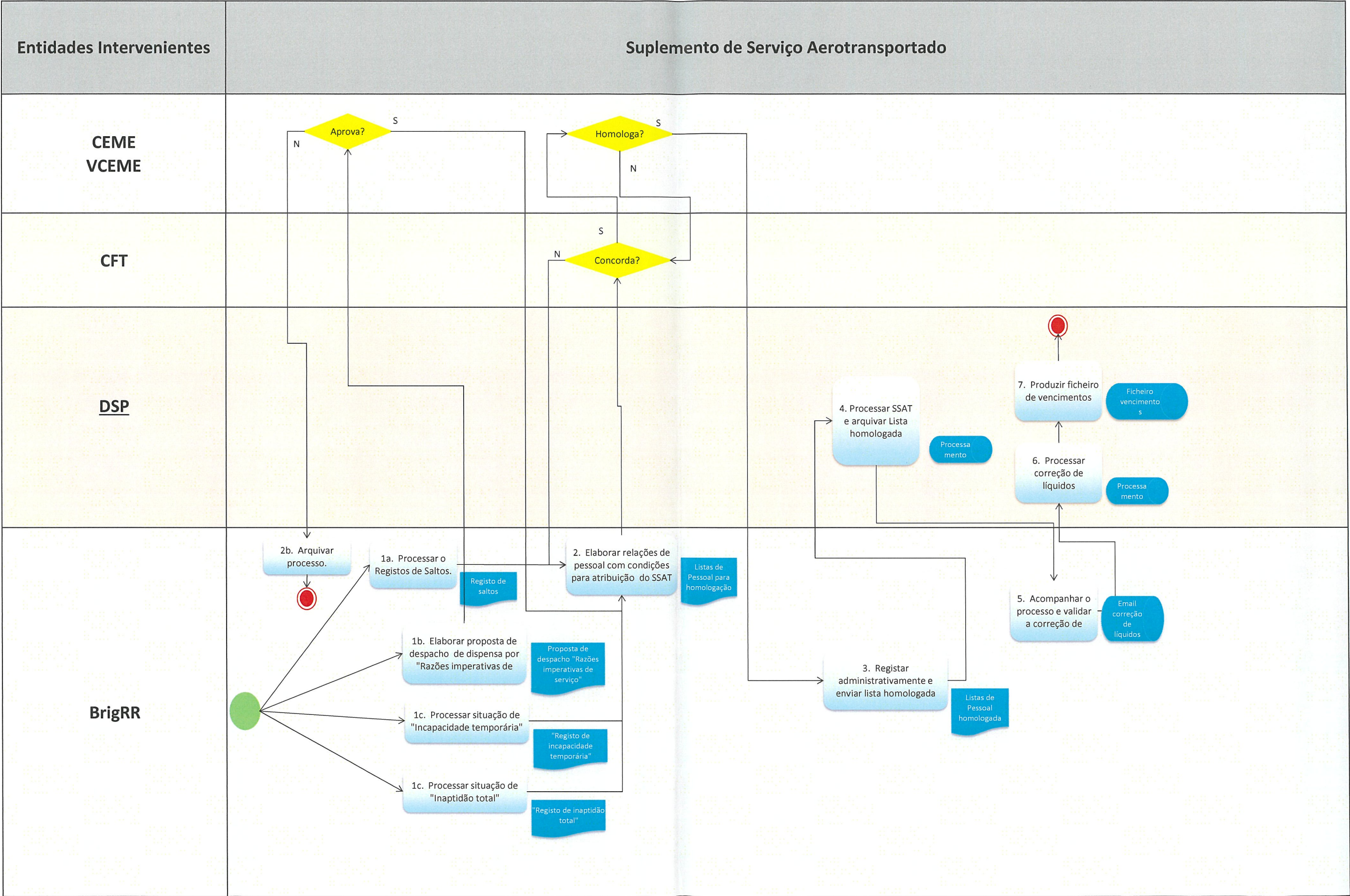
Assunto: AUDITORIA N.º 1/2018 DO GABAGE/CMDPESS - SUPLEMENTO DE SERVIÇO
AEROTRANSPORTADO

Refª (s): Nota Nº GABAGE.RAAD-2018-017525 de 9julho2018

Dando cumprimento ao solicitado na nota em refª, encarrega-me o Exmo BGEN CMDT BrigRR de exercer o contraditório ao Relatório de Auditoria em epígrafe, através dos seguintes contributos:

1. Em 3.a.(7) é referido o Dec-lei nº 180/94, devendo salvo melhor opinião ser usada a terminologia de Unidades nele constantes, pois a BrigRR surge apenas após 2006, Brigada de Reação Rápida.
2. Em 3.b.(3)(b) é feita a referência a um “já referido decreto regulamentar”, que se presume seja aquele indicado na página 8, através de uma nota de rodapé nº 13 (Dec-reg nº 11/2015), no entanto, esta referência poderá criar alguma indefinição uma vez que no texto existe pelo menos mais uma referência a outro decreto regulamentar, sugere-se que para efeito de clareza do texto, seja feita de novo referência ao Decreto-Regulamentar em questão.
3. Tal como em 3.b.(10) é feita a referência ao Dec-Lei nº 180/94 ao jeito de uma citação em itálico sendo, no entanto, escrito BrigRR.
4. Em 4.a.(1)(a) já são adotadas as designações previstas no Dec-Lei nº 180/94, o que comparado com as referências anteriores poderá conduzir a alguma confusão.





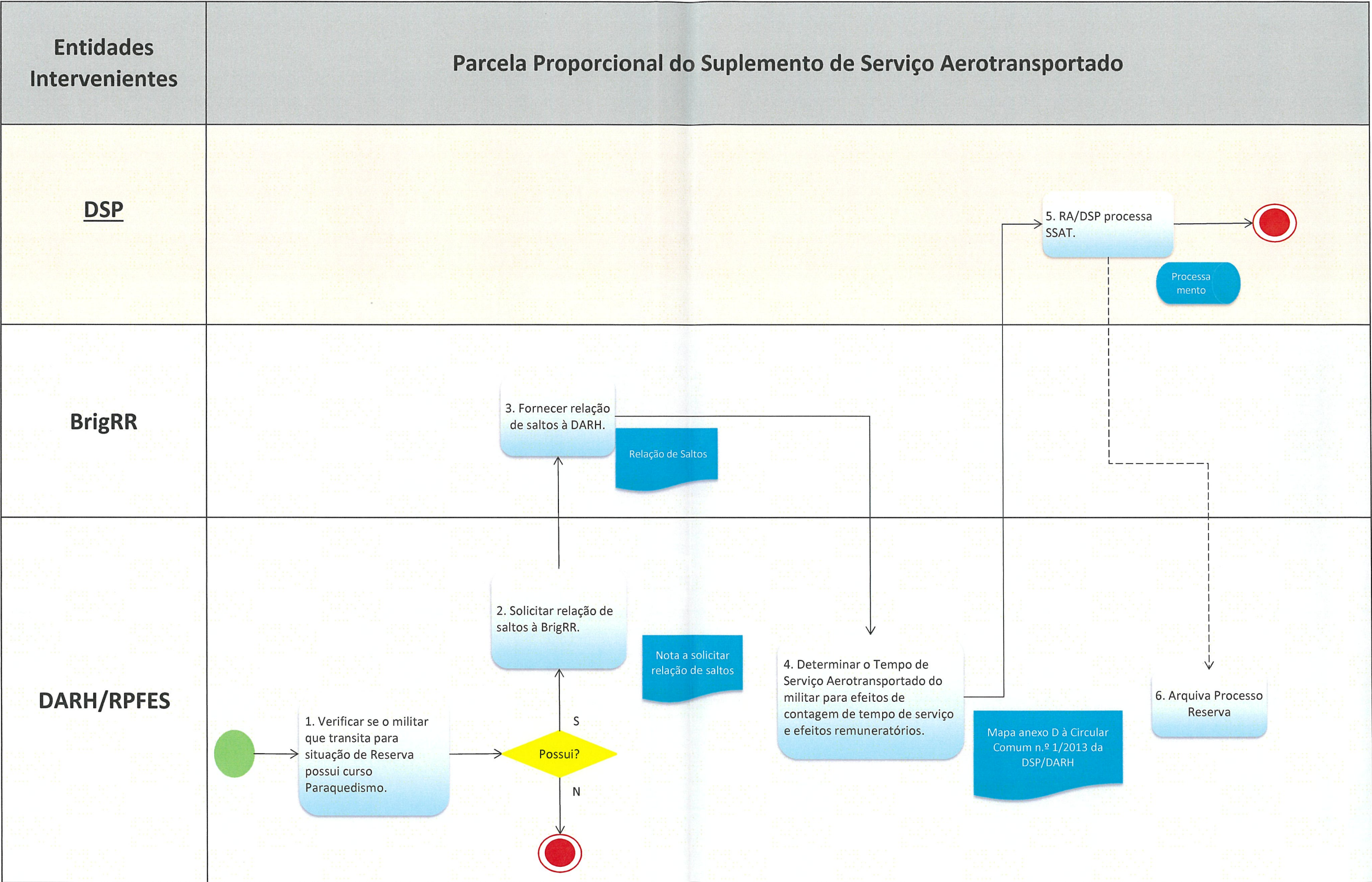
LEGENDA:

Início do processo
 Fim do processo

Ligação entre ações (para ação)
 Ligação entre ações (para conhecimento)

Input/output em papel
 Input/output digital

Tarefa
 Ponto de decisão



LEGENDA:

